Coisas do Gênero
REVISTA DE ESTUDOS FEMINISTAS EM TEOLOGIA E RELIGIÃO

Coisas do Gênero é licenciada
sob uma Licença Creative Commons

MULHERISMO AFRICANA E MATRIGESTÃO: LEGITIMANDO A EXISTÊNCIA NEGRA E A PROMOÇÃO DE RESISTÊNCIA COM APROXIMAÇÕES ECOFEMINISTAS

AFRICAN WOMANISM AND MATRIMANSHIP: LEGITIMATING BLACK EXISTENCE AND PROMOTING RESISTANCE WITH ECOFEMINIST APPROACHES

Neusa Schnorrenberger*

Resumo: Este artigo analisa o Mulherismo Africana e a Matrigestão como ferramentas teóricas e práticas para legitimar as experiências da população negra e promover a resistência. A pesquisa, de natureza teórico-conceitual e exploratória, adota uma abordagem interdisciplinar entre estudos africanos, ecofeminismo e sociologia. Investigam-se as obras de Clenora Hudson-Weems e Oyèrónké Oyěwùmí, contrastando-as com a crítica de Rita Segato para problematizar a colonialidade do gênero e as hierarquias pré-coloniais. Metodologicamente, obras de Paulina Chiziane e o documentário A Dobra da Capulana são mobilizados não como meras ilustrações, mas como espaços de tensão e subversão de papéis normativos. O artigo distingue a Matrigestão de conceitos como "instinto materno" e "matriarcado", definindo-a como uma categoria analítica situada que oferece uma ética de cuidado desvinculada de essencialismos biológicos. Os resultados demonstram que o Mulherismo Africana e a Matrigestão são interdependentes: enquanto o primeiro valoriza a coletividade e saberes ancestrais em oposição ao feminismo eurocêntrico, a segunda manifesta a gestão do corpo e do território via princípios de reciprocidade e sustentabilidade. A análise dialógica com as correntes ecofeministas e a interseccionalidade operacional de Collins e Bilge reforça a soberania sobre o corpo negro e a reconexão com a terra. Conclui-se que essa articulação promove uma ruptura epistêmica autônoma, desafiando estruturas de dominação patriarcal, capitalista e racista, ao mesmo tempo que pavimenta caminhos para a autodeterminação, dignidade e liberdade da população negra.

Palavras-chave: Mulherismo Africana. Matrigestão. Ecofeminismo. Resistência. Decolonialidade.

* Doutora em Direito pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo/RS, em Direitos Especiais, na linha de pesquisa: Direito e Multiculturalismo. Advogada OAB/RS 115.960. E-mail: neusaschadvogada@gmail.com

Abstract: This article analyzes Africana Womanism and Matrigestation as theoretical and practical tools to legitimize Black experiences and promote resistance. The research, theoretical-conceptual and exploratory in nature, adopts an interdisciplinary approach blending African studies, ecofeminism, and sociology. It investigates the works of Clenora Hudson-Weems and Oyèrónké Oyěwùmí, contrasting them with Rita Segato's critique to problematize the coloniality of gender and pre-colonial hierarchies. Methodologically, Paulina Chiziane's literary works and the documentary A Dobra da Capulana are mobilized not as mere illustrations, but as spaces of tension and subversion of normative roles. The article distinguishes Matrigestation from concepts such as "maternal instinct" and "matriarchy," defining it as a situated analytical category that offers an ethics of care decoupled from biological essentialism. The results demonstrate that Africana Womanism and Matrigestation are interdependent: while the former values collectivity and ancestral knowledge in opposition to Eurocentric feminism, the latter manifests the management of body and territory through principles of reciprocity and sustainability. The dialogical analysis with ecofeminist currents and the operational intersectionality of Collins and Bilge reinforces sovereignty over the Black body and reconnection with the land. The study concludes that this articulation promotes an autonomous epistemic rupture, challenging patriarchal, capitalist, and racist structures of domination, while paving the way for self-determination, dignity, and freedom for the Black population.

Keywords: Africana Womanism. Matrigestation. Ecofeminism. Resistance. Decoloniality.

Introdução

"Do mar que nos separa à ponte que nos une."
(Chiziane, 2021)[1]

A experiência da população negra, marcada por séculos de opressão, exige um olhar crítico e propositivo para a construção de narrativas que celebrem sua permanência e resistência. Neste artigo, exploramos o Mulherismo Africana e o conceito de Matrigestão como ferramentas teóricas e práticas que, enraizadas nos valores civilizatórios africanos, permitem legitimar as vivências negras e ressignificar a relação com a terra e o corpo.

Este artigo analisa como o Mulherismo Africana e a Matrigestão funcionam como ferramentas teóricas e práticas para legitimar as experiências da população negra e promover a resistência. O artigo distingue a Matrigestão de outros conceitos como "instinto materno" e "matriarcado", situando-a como uma categoria analítica que, embora inspirada em contextos africanos específicos, oferece uma ética de cuidado desvinculada de essencialismos biológicos. Metodologicamente, o estudo utiliza obras literárias e cinematográficas não apenas como ilustrações, mas como espaços de tensão e produção de conhecimento que subvertem papéis normativos.

[1] PAULINA CHIZIANE – Do mar que nos separa à ponte que nos une. Entrevista. Florianópolis, 27 mar. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IdzUr8q13lY. Acesso em: 21 jun. 2025.

O estudo se propõe a analisar como esses conceitos, enraizados nos valores civilizatórios africanos, ressignificam a relação com a terra e o corpo, oferecendo caminhos para a luta contra a opressão histórica.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma metodologia teórico-conceitual e exploratória, com uma abordagem interdisciplinar que combinou estudos africanos, ecofeminismo e sociologia. O método se baseou em uma revisão bibliográfica de obras acadêmicas e literárias. Para o Mulherismo Africana, foram analisados os trabalhos de Clenora Hudson-Weems, a criadora do termo, e de Oyèrónké Oyěwùmí, que desafiou as categorias ocidentais de gênero, e a contraposição de Rita Segato. Para ilustrar a teoria, o artigo recorreu às obras literárias da autora moçambicana Paulina Chiziane (Niketche e Andorinhas) e ao documentário A Dobra da Capulana, que juntos evidenciam a agência e a resiliência das mulheres africanas. A discussão sobre Matrigestão foi construída a partir das reflexões de Paulina Chiziane sobre a posse da terra e do diálogo com o ecofeminismo de Rosemary Radford Ruether, que defende uma relação de não-hierarquia entre seres humanos e a natureza.

O artigo distingue a Matrigestão de outros conceitos como “instinto materno” e “matriarcado”, situando-a como uma categoria analítica que, embora inspirada em contextos africanos específicos, oferece uma ética de cuidado desvinculada de essencialismos biológicos. Metodologicamente, o estudo utiliza obras literárias e cinematográficas não apenas como ilustrações, mas como espaços de tensão e produção de conhecimento que subvertem papéis normativos. Os resultados e conclusões demonstram que o Mulherismo Africana e a Matrigestão são conceitos interdependentes e cruciais para a libertação negra.

O Mulherismo Africana se estabelece como um paradigma que valoriza a coletividade e os saberes ancestrais, em contraste com o feminismo ocidental. Ele posiciona a mulher negra como pilar da comunidade e agente de transformação, exigindo uma perspectiva descolonizada para sua compreensão.

A Matrigestão, por sua vez, é a manifestação prática desses valores. Ela propõe uma gestão do corpo e do território baseada em princípios de cuidado, reciprocidade e sustentabilidade. Ao rearticular a relação com a terra e ressignificar a autonomia sobre o corpo, o conceito se torna uma ferramenta para: reafirmar a soberania sobre o corpo negro; reconectar a população com a terra através dos saberes ancestrais; fortalecer as estruturas comunitárias para o bem-estar coletivo; reivindicar a ancestralidade.

O estudo conclui que a articulação desses conceitos, enriquecida pelas aproximações com as correntes ecofeministas (clássica, espiritualista e construtivista), oferece um caminho poderoso para a autodeterminação, a dignidade e a liberdade. Eles desafiam as estruturas de dominação patriarcal, capitalista e racista, resgatando a identidade, o território e o corpo da população negra em sua luta contínua por equidade e reconhecimento.

Mulherismo Africana como valor civilizatório: tensões e categorias

O Mulherismo Africana, cunhado por Clenora Hudson-Weems[2], surge como um paradigma distinto do feminismo ocidental ao priorizar a coletividade. Contudo, ao mobilizar este conceito, é imperativo observar a instabilidade das categorias "mulher" e "gênero". Como adverte Rita Laura Segato[3] em diálogo crítico com Oyèrónké Oyěwùmí, a denúncia da colonialidade do gênero não deve servir para instrumentalizar uma visão idílica das sociedades pré-coloniais[4]. Embora Oyěwùmí demonstre que o gênero é uma invenção ocidental imposta a culturas como a Yoruba[5], Segato argumenta que isso não implica a inexistência de hierarquias de prestígio e poder – o “patriarcado de baixo impacto” – que já operavam antes da invasão colonial[6].

Portanto, ao abordar a centralidade da mulher negra como pilar da comunidade, este artigo evita uma (re)naturalização normativa do feminino. É necessário questionar: em que medida a centralidade do cuidado não reinscreve expectativas morais sobre corpos femininos negros? Para evitar esse essencialismo, reconhecemos as mulheres que recusam ou subvertem esses papéis. O Mulherismo aqui proposto não é um destino biológico, mas uma escolha política e ética de resistência que convive com tensões internas e conflitos de poder inerentes a qualquer organização social.

Ele se concentra nas especificidades e prioridades das mulheres africanas e afrodescendentes, priorizando a coletividade, a família e a cultura em detrimento de uma abordagem individualista e universalista. O movimento reconhece que a luta das mulheres negras está intrinsecamente ligada à luta pela libertação de seu povo, abrangendo questões de raça, classe e gênero de forma interligada.

Central para essa perspectiva é a valorização dos saberes ancestrais, das tradições e das cosmologias africanas. Ele vê a mulher negra não como uma vítima passiva, mas como uma agente de transformação, guardiã da cultura e pilar da comunidade. Essa perspectiva empodera a mulher negra, reconhecendo seu papel fundamental na construção e manutenção das identidades e na resistência contra as forças desumanizadoras do racismo e da colonização. Ao

2 HUDSON-WEEMS, Clenora. *Mulherismo Africana:* recuperando a nós mesmos. Tradução de Wanessa A. S. P. Yano. São Paulo: Ananse, 2000.

3 SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário decolonial transsetorial. *In*: SEGATO, Rita Laura. *A crítica da colonialidade em oito ensaios:* e uma antropologia por demanda. Tradução de Danú Gontijo e Danielli Jatobá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

4 Importante aqui mencionar, uma não idealização das sociedades pré-coloniais como isentas de poder.

5 OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres:* construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2021.

6 SEGATO, 2021, p. 101-135.

afirmar a centralidade da mulher negra e de suas experiências, o Mulherismo Africana oferece um arcabouço para entender e fortalecer as formas de ser e estar no mundo da população negra.

Nesse contexto, as contribuições de Oyèrónké Oyěwùmí, especialmente em suas obras *A Invenção das Mulheres*[7] e *Mulheres Africanas e Feminismos*[8], são cruciais. Oyěwùmí desafia a aplicação universalista de categorias ocidentais como "mulher" e "gênero" para as sociedades africanas pré-coloniais. Ela argumenta que a categoria de gênero, tal como compreendida no Ocidente, não era a base fundamental da organização social em muitas culturas africanas, como a Yoruba. Em vez disso, a idade, o parentesco e outras hierarquias sociais eram mais relevantes. Ao desconstruir a "invenção das mulheres" pelo olhar ocidental, Oyěwùmí abre espaço para a compreensão das experiências das mulheres africanas em seus próprios termos, reforçando a necessidade de uma perspectiva que não seja colonizada pelo pensamento eurocêntrico. Suas obras são pilares para a reflexão sobre o Mulherismo Africana, pois evidenciam a importância de se partir das realidades e epistemologias africanas para pensar a condição da mulher negra.

As obras literárias de Paulina Chiziane, como *Niketche: Uma História de Poligamia*[9] e *Andorinhas*[10], ampliam essa discussão, oferecendo narrativas ficcionais que ressoam com os princípios do Mulherismo Africana. Em *Niketche*, Chiziane explora as complexidades das relações de gênero e da poligamia em Moçambique, apresentando a resiliência e a solidariedade entre as mulheres como força motriz para a superação de desafios. Suas personagens femininas são ativas, pensantes e articuladoras de suas próprias vidas, refletindo a agência e o papel central da mulher na sociedade moçambicana. Já *Andorinhas* aprofunda a temática do sofrimento e da resistência feminina, destacando a capacidade das mulheres de se reinventarem e de buscarem a libertação, mesmo diante de adversidades extremas. Ambas as obras de Chiziane ilustram, de forma vívida, a riqueza da experiência feminina africana e a importância das relações comunitárias e da ancestralidade como fontes de força.

Complementando essa perspectiva, o documentário *A Dobra da Capulana* (2014)[11] oferece um olhar profundo sobre o universo da capulana – um tecido africano – como um símbolo multifacetado de identidade, resistência e memória. A capulana, mais do que um mero acessório, representa a história, a cultura e a sabedoria transmitida de geração em geração entre as mulheres africanas. O documentário demonstra como esse objeto simples carrega em si a

7 OYĚWÙMÍ, 2021.
8 OYĚWÙMÍ, Oyèrónké (ed.). *Mulheres Africanas e Feminismos:* reflexões sobre a política da sororidade. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. (Coleção África e os Africanos).
9 CHIZIANE, Paulina. *Niketche:* uma história de poligamia. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.
10 CHIZIANE, Paulina. *As andorinhas.* 3. ed. Belo Horizonte: Nandyla, 2019.
11 NA DOBRA DA CAPULANA. Direção: Camilo de Souza; Isabel Noronha. Moçambique, 2014. Documentário (30 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QrmtwtE_N6M. Acesso em: 21 jun. 2025.

complexidade das experiências femininas, das suas lutas diárias à celebração de sua herança cultural, conectando o corpo e a terra através das cores, padrões e significados que se dobram e desdobram nas vidas dessas mulheres.

Matrigestão: a terra e o corpo como espaços de legitimação e vida

Historicamente, tanto a terra quanto o corpo da população negra foram tratados como objetos de controle e violência. A escravidão e o colonialismo despojaram pessoas negras de sua autonomia, transformando seus corpos em mercadorias e a terra em um recurso a ser explorado. Em suas falas, Paulina Chiziane reflete sobre essa lógica: “Achava engraçada a história de registrar a terra como se alguém pudesse pegá-la, dobrá-la, embrulhá-la num lençol e carregá-la no navio ou no avião para ser registrada numa repartição qualquer de Portugal [...].”[12] No mesmo sentido, Giorgio Agamben[13], em relação aos corpos femininos, nesta senda, podem ser interpretados como zoé, uma vida nua, em que os homens inserem a cultura patriarcal. São corpos oprimidos, estigmatizados e docilizados para a conveniência de uma sociedade patriarcal e capitalista.

No entanto, em diversas cosmovisões africanas e afrodiaspóricas, o simbolismo da terra transcende a mera propriedade, associando-a ao começo e à manutenção da vida, à criação, à ancestralidade e à promessa de libertação. Chiziane se manifesta: “Queria perceber por que é que o poder humano controla a terra, mas não controla o sol?” e “Tentar guardar o terreno do teu quintal numa gaveta. Consegues?”[14].

É nesse contexto que o conceito de Matrigestão ganha relevância. A Matrigestão é aqui apresentada como uma categoria analítica situada, inicialmente inspirada na cosmologia moçambicana e yoruba, mas que se pretende operacional para pensar a gestão da vida. Diferente do “instinto materno”[15], a Matrigestão não é uma predisposição hormonal, mas uma tecnologia social de cuidado e soberania territorial.

A Matrigestão propõe uma abordagem que compreende a terra e o corpo como extensões sagradas e interconectadas da vida, não como domínios a serem controlados, mas como espaços a serem nutridos, geridos e reverenciados. Inspirada nas práticas de sociedades matricêntricas e nas filosofias africanas, a Matrigestão sugere uma gestão do corpo e do território baseada em princípios de cuidado, reciprocidade e sustentabilidade[16].

---

12 PAULINA CHIZIANE – Do mar que nos separa à ponte que nos une, 2021.
13 AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
14 PAULINA CHIZIANE – Do mar que nos separa à ponte que nos une, 2021.
15 BADINTER, Élisabeth. *O amor em adicional:* história do amor maternal (Séculos XVII-XX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
16 A Matrigestão é um conceito situado em contextos específicos, evitando a generalização indevida para toda a África.

Nessa senda, o ecofeminismo, conforme o pensamento de Ruether[17], corrobora com a Matrigestão. O ecofeminismo reivindica um relacionamento alternativo entre homens e mulheres, seres humanos e a Terra, em uma trama interligada de vida, sem hierarquias de dominação. Essa relacionalidade se manifesta concretamente na realidade de mulheres pobres que, ao cuidarem de suas famílias e da terra, demonstram uma capacidade de sustentar a vida em oposição à destruição imposta por sistemas de dominação. A insatisfação das mulheres, segundo essa perspectiva, é vista como a própria resistência da Terra contra um sistema destrutivo que esmaga a dignidade humana. Ruether enfatiza que a análise ecofeminista não deve ser simplista e deve incluir uma análise de classe e raça, pois as mulheres não são um grupo monolítico e as hierarquias sociais se entrelaçam[18].

O ecofeminismo, em suas diferentes vertentes, emergiu na segunda metade do século XX como uma "utopia ecofeminista primitiva", e almejava valores outros, tais como uma maior descentralização. Além disso, primava pela não-hierarquização, pela instalação da democracia e por maior apoio a uma economia de subsistência rural, por matrizes de desenvolvimento para tecnologias não agressivas ao meio ambiente, bem como pela superação dos modelos de dominação nas relações entre os gêneros[19]. Igualmente, D'Eaubonne posicionava-se e esperava colaborar no resgate do planeta dos afetos destrutivos do modelo patriarcal[20].

É fundamental diferenciar a Matrigestão do conceito de "instinto materno" e "matriarcado". A filósofa Élisabeth Badinter, em sua obra *O amor em adicional*[21], argumenta que o instinto materno é um mito, uma construção social e cultural que surgiu no século XVIII. Em *O Conflito: A Mulher e a Mãe*[22], ela explora a tensão entre o desejo de realização profissional e as exigências idealizadas da maternidade. A Matrigestão se afasta dessa visão, pois não se limita a uma função biológica ou social imposta, mas a um princípio de cuidado e gestão do corpo e do território que é holístico e empoderador.

Da mesma forma, a Matrigestão não se confunde com o conceito de matriarcado. Michelle Zimbalist Rosaldo[23] já apontava a ambiguidade do termo. Riane Eisler[24], por sua vez, refuta a ideia de um matriarcado como dominação feminina, mas defende a existência de sociedades de

17 RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminism: An Historical Perspective. *In:* ADAMS, Carol J. (ed.). *Ecofeminism and the Sacred.* Nova York: Bloomsbury Academic, 2000. p. 1-13.
18 RUETHER, 2000, p. 1-13.
19 HOLLAND-CUNZ, Barbara. *Ecofeminismos.* Tradução de Arturo Parada. Madrid: Cátedra S.A, 1996. p. 177.
20 D'EAUBONNE, Françoise. *Féminisme ou la mort.* France: Passager clandestin, 2021.
21 BADINTER, 1986.
22 BADINTER, Élisabeth. *O conflito:* a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.
23 ROSALDO, Michelle Zimbalist. Woman, Culture and Society: a Theoretical Overview. *In:* ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (org.). *Woman, Culture and Society*. Stanford: Stanford University Press, 1974. p. 17-43.
24 EISLER, Riane. *O cálice e a espada:* A Grande História de Nossa Origem e de Nosso Futuro. São Paulo: Paulus, 2007.

forte parceria e cooperação (matrilineares), onde as mulheres tinham elevado reconhecimento social. Embora o jornalista Ricardo Coler[25] descreva a comunidade Mosuo, na China, como a "última sociedade matriarcal", a Matrigestão não se baseia na dominação, e sim em um sistema de valores que coloca o cuidado da vida no centro. Conforme a citação de Rangel e Nader[26] aponta, o conceito de matriarcado foi "disputado, deturpado e retorcido" em oposição ao patriarcado.

Ao invocar a Matrigestão, estamos não apenas rearticulando a relação com a terra, mas também ressignificando a autonomia sobre o corpo negro. É um movimento de reapropriação e legitimação das experiências, dos saberes e das formas de organização social da população negra. A Matrigestão, portanto, torna-se uma ferramenta para:

a) Reafirmar a soberania sobre o corpo negro, desafiando narrativas de objetificação e violência.
b) Reconectar a população negra com a terra, promovendo práticas de agricultura sustentável, preservação ambiental e resgate de conhecimentos ancestrais.
c) Fortalecer as estruturas comunitárias, inspirando-se em modelos de organização social que historicamente promoveram a sobrevivência e o bem-estar coletivo.
d) Reivindicar a ancestralidade, compreendendo a terra como o espaço onde os antepassados repousam e de onde a sabedoria flui.

As obras de Paulina Chiziane e o documentário *A Dobra da Capulana* não são tratados aqui como meras ilustrações confirmatórias, mas como dispositivos metodológicos de tensão. Em *Niketche*, por exemplo, a poligamia não é apresentada de forma romântica; ela é o espaço da contradição onde as personagens femininas negociam poder, afeto e autonomia[27]. A Dobra da capulana, no documentário[28], funciona como uma fronteira entre o corpo e o mundo, revelando as ambiguidades de uma tradição que tanto protege quanto pode aprisionar[29].

A Matrigestão, portanto, dialoga com o ecofeminismo não como uma subordinação teórica a matrizes externas, mas como uma ruptura epistêmica autônoma. Ela propõe que a gestão do território (a terra) e do corpo não deve recair exclusivamente sobre a mulher como um fardo moral, mas como uma ética coletiva. Para tornar essa análise mais operacional e interseccional, é possível recorrer-se a Patricia Hill Colins e Sirma Bilge[30], observando como as

25 COLER, Ricardo. *O reino das mulheres*: o último matriarcado. São Paulo: A Girafa, 2008.
26 RANGEL, Livia Silveira; NADER, Maria Beatriz. Matriarcado. *In:* COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 500-504. p. 500.
27 CHIZIANE, 2021.
28 NA DOBRA DA CAPULANA, 2014.
29 As obras literárias e o documentário mencionados e utilizados no texto também são fontes de tensão e contradição, e não apenas exemplos positivos.
30 COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade.* Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

sexualidades dissidentes e as hierarquias de classe dentro da própria comunidade negra tensionam o conceito de "maternidade comunitária"[31]. Neste prospecto, se identificam algumas das diferentes linhas de pensamento ecofeminista.

Algumas aproximações com os ecofeminismos e a ética da Matrigestão

Alicia Helda Puleo apresenta, por meio de suas pesquisas e estudos, três principais correntes ou tendências ecofeministas: o *ecofeminismo clássico*, o *ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo* e o *ecofeminismo construtivista*[32]*,* buscando destacar, criticamente, as principais características dessas correntes teóricas e o que representam para a questão da emancipação feminina.

Inicialmente, no que se refere à primeira tendência do ecofeminismo, o *ecofeminismo clássico*, a autora destaca a denúncia feita diante da naturalização do papel das mulheres:

> **Ecofeminismo clássico**: Nesta tendência o feminismo denuncia a naturalização da mulher como um dos mecanismos de legitimação do patriarcado. Segundo o ecofeminismo clássico, a obsessão dos homens pelo poder tem levado o mundo a guerras suicidas, ao envenenamento e à destruição do planeta. Neste contexto, a ética feminina de proteção dos seres vivos se opõe à essência agressiva masculina, e é fundamentada através das características femininas igualitárias e por atitudes maternais que acabam pré-dispondo as mulheres ao pacifismo e à conservação da natureza, enquanto os homens seriam naturalmente predispostos à competição e à destruição.[33]

Pela corrente do *ecofeminismo clássico*, Puleo destaca a ética feminina voltada para o cuidado, devido à experiência das mulheres com maternidade, se assemelhando ao meio ambiente natural. Aqui ocorre uma retomada dos discursos tradicionais que firmavam a mulher como semelhante e ligada com natureza. Essa perspectiva foi justificada pelo momento histórico de criação dessa corrente, onde as mães detinham uma grande preocupação para com seus filhos, devido aos possíveis efeitos do desnvolvimento da energia atômica na Europa[34]. Essa corrente, considerada essencialista pela autora, possui base no ideário de que as mulheres tenderiam a ser depositárias de um princípio feminino, supostamente natural por sua pré-condição de serem mães, o que as identificaria com o meio ambiente natural através da

[31] O debate sobre Matrigestão não se finda e deve considerar também as sexualidades e outras realidades internas da comunidade.

[32] PULEO, Alicia H. *Ecofeminismo:* para otro mundo posible. 7. ed. Valencia (España): Ediciones Cátedra, 2019.

[33] PULEO, Alicia H. Feminismo y Ecología: Un repaso a las diversas corrientes del ecofeminismo. *El Ecologista*, n. 31, p. 36-39, verano 2002. p. 37, grifo original. Disponível em: https://www.mundubat.org/wp-content/uploads/archivos/201303/feminismo-y-ecologia-repaso-historico_alicia-puleo.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

[34] PULEO, 2019.

fertilidade e do cuidado de sua prole. Isso seria o impulso que as levaria ao engajamento na luta ecológica por proteção ao meio ambiente[35].

Para Rosemary Radford Ruether, nessa tendência teórica do ecofeminismo há um pensamento que liga a mulher à natureza de forma natural. Então, a partir disso, seria justificável a dominação e o uso das mulheres, assim como do mundo natural. Ambos seriam vistos como sua propriedade: "Na realidade, as mulheres não são mais natureza não humana tanto quanto os homens, ou, em outras palavras, os homens são outras criaturas tanto quanto as mulheres."[36] Nessa tendência, existe uma clara relação entre mulheres e meio ambiente natural, firmada, em especial, por questões biológicas das mulheres, o que, portanto, as tornam naturalmente predispostas a exploração e submissão, assim como a natureza, reafirmando estereótipos femininos[37] frente a uma acentuada insistência na divisão essencialista do que é feminino, em oposto do que é masculino e, principalmente, que a ligação com a natureza se encontra mais especificamente nas mulheres, sendo que as essências do que seja masculino e feminino estariam presentes de forma homogênea em toda a humanidade[38].

Já a segunda corrente, o *ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo,* se difere por apresentar aspectos espiritualistas femininos em relação ao meio ambiente ecológico natural, tendo a influência asiática de Mahatma Ghandi[39], bem como da Teologia da Libertação na América Latina[40]. Também denominada de tendência libertária, essa trabalha na perspectiva da necessidade urgente de libertação dos estereótipos femininos e masculinos, a fim de que esses assumam responsabilidades sem hierarquia entre os sexos e de modo mais igualitário nas relações humanas, com o meio ambiente natural e nas relações de poder[41]. Alicia H. Puleo apresenta as principais características dessa corrente:

> **Ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo**: Teve origem nos países do sul, tendo a influência dos princípios religiosos de Ghandi, na Ásia, e da Teologia da Libertação, na América Latina. Esta tendência afirma que o desenvolvimento da sociedade gera um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente,

35 SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, jan./mar. 2000.

36 RUETHER, 2000, p. 13.

37 ANGELIN, Rosângela. Mulheres e ecofeminismo*:* Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável. *Revista Universidad en Diálogo*, v. 7, n.1, p. 51-68, ene./jun. 2017. Disponível em: http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/dialogo/article/view/9512/11278. Acesso em: 06 dez. 2018.

38 GEBARA, Ivone. *Ecofeminismo:* desafios para repensar a teologia. São Paulo: Terceira Via, 2017. p. 41.

39 Mohandas Karamchand Gandhi (1869-1948), ou como ficou conhecido, Mahatma Gandhi, foi um ativista pela não-violência. Formou-se em Direito na Inglaterra e retornou ao seu país de origem. Atuou como um político e líder no movimento de independência da Índia, que era governada pelos ingleses. Lutou principalmente pelos direitos dos hindus e atuou como pacifista.

40 A Teologia da Libertação compreende uma nova linha de trabalho pastoral adotado pela Igreja Católica na América Latina em prol de melhores condições de vida para as pessoas mais pobres.

41 GEBARA, 2017.

> tendo suas raízes nas concepções patriarcais de dominação e centralização do poder. Caracteriza-se também pela postura crítica contra a dominação, pela luta antisexista, antiracista, antielitista e anti-antropocêntrica. Além disso, atribui ao princípio da cosmologia a tendência protetora das mulheres para com a natureza.[42]

Sobre as tendências do *ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo*, Ruether pondera a visão de que "as mulheres são as que doam a vida, são as que alimentam e em seu ventre que cresce a vida humana. As mulheres também são as que recolhem o alimento, foram elas que inventaram a agricultura." Admitem também que os corpos das mulheres se encontram "[...] em misteriosa sintonia com os ciclos da lua e as marés do mar. [...] os seres humanos primitivos fizeram da mulher a primeira imagem do culto, a deusa, a fonte de toda a vida."[43] Nesse sentido, corrobora Souza, afirmando que "a associação natureza e mulher/divindade feminina estaria assim relacionada a uma 'qualidade' em comum: a capacidade procriativa, sugerindo uma conexão biológica entre mulher e natureza."[44]

A corrente do *ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo* dialoga com os preceitos trabalhados no primeiro capítulo, onde foi tratada a proximidade das mulheres com o meio ambiente natural e adota uma postura voltada para a desconstrução de comportamentos advindos da cultura patriarcal e de crenças que insistem em elevar o masculino em detrimento do feminino.

O *ecofeminismo espiritualista do terceiro mundo* acredita que as relações sociais são relações de gênero, embora não de forma fechada; por isso acredita-se que as relações humanas podem ser construídas como masculinas e femininas, sendo essa, "uma espécie de estruturação identitária da vida social que nos marca antes mesmo de nosso nascimento. Nossa biologia é uma biologia cultural, ou seja, tem seu significado na construção que damos ao nosso próprio ser."[45] Principalmente, essa tendência ecofeminista defende a necessidade de uma nova cosmovisão do mundo, através do reconhecimento da vida no meio ambiente ecológico, tanto frente aos seres vivos, quanto aos seres inanimados, sendo que isso apenas é realizável por meio da cooperação e do cuidado mútuo.

Por fim, a terceira tendência a ser estudada é a denominada de *ecofeminismo construtivista*. Sua análise parte do pressuposto de que as relações humanas são construídas por meio das estruturas da sociedade. Segue Puleo, tratando mais profundamente do tema:

---

42 PULEO, 2002, p. 38, grifo original.
43 RUETHER, 2000, p. 14.
44 SOUZA, Sandra Duarte de. Teoria, teo(a)logia e espiritualidade ecofeminista: uma análise do discurso. *Mandrágora*, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 57-64, dez. 2000. p. 60.
45 GEBARA, 2017, p. 42.

> **Ecofeminismo construtivista:** Esta tendência não se identifica nem com o essencialismo, nem com as fontes religiosas espirituais das correntes anteriores, embora compartilhe ideias como antiracismo, anti-antropocentrismo e anti-imperialismo. Ela defende que a relação profunda da maioria das mulheres com a natureza não está associada a características próprias do sexo feminino, mas é originária de suas responsabilidades de gênero na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade. Para tanto, defendem que é necessário assumir novas práticas de relação de gênero e com a natureza.[46]

O *ecofeminismo construtivista* evita fazer comparações das mulheres com a natureza, reconhece a relação profunda entre a natureza e as mulheres, mas não a justifica a partir das características biológicas do sexo feminino. Assim, essa corrente busca fundamentar a injustiça de gênero por meio da estrutura do trabalho, de distribuição do poder e da propriedade privada. Para Gebara[47], são essas instituições que definem a posição das mulheres e dos homens na sociedade, privilegiando os últimos e promovendo a eles uma maior abertura para o espaço público em detrimento das primeiras. Nesta seção do estudo, foi reforçada a crítica ao essencialismo do "Ecofeminismo Clássico", portanto, a Matrigestão se aproxima mais da vertente construtivista, pois entende o cuidado como fruto de uma divisão social e política, e não de uma essência feminina.

Para Ruether[48], a realidade de um contingente enorme de mulheres que sofrem com as crises ambientais capitalistas está alicerçada no patriarcado. São as mulheres as maiores vítimas dessas crises. São elas que levam em seus braços filhos e filhas que morrem desidratadas, que caminham longas distâncias em busca da água – muitas vezes de péssima qualidade, mas que é a única disponível para atender as necessidades básicas. Mesmo assim, elas lutam em defesa da vida com uma incrível tenacidade e se contrapõem a derrota da alma, desmentindo o desespero da situação em que se encontram.

Considerações finais

A articulação entre o Mulherismo Africana, a Matrigestão e as aproximações ecofeministas oferece um arcabouço teórico e prático poderoso para a legitimação da existência da população negra e para a construção de estratégias de resistência. O Mulherismo Africana, ao se distanciar do universalismo eurocêntrico, estabelece uma base sólida para a valorização dos saberes ancestrais e do papel central das mulheres negras como guardiãs da cultura e agentes de transformação. As contribuições de Oyèrónké Oyěwùmí e as narrativas literárias de

[46] PULEO, 2002, p. 38, grifo original.
[47] GEBARA 2017.
[48] RUETHER, 2000.

Paulina Chiziane demonstram, de forma inquestionável, a riqueza e a agência feminina em suas próprias realidades.

Em complemento, o conceito de Matrigestão emerge como um princípio vital de reconexão e soberania, redefinindo a relação da população negra com a terra e o corpo. Ao invés de objetos de dominação, a terra e o corpo são compreendidos como espaços sagrados, interconectados e a serem nutridos. Essa visão encontra um eco profundo nas vertentes do ecofeminismo discutidas no artigo, especialmente nas que denunciam as hierarquias de dominação e buscam uma nova ética de cuidado e reciprocidade. A análise das correntes ecofeministas — clássica, espiritualista do terceiro mundo e construtivista — permite traçar um diálogo profícuo, onde a Matrigestão pode ser vista como uma manifestação prática e africana desses princípios de resistência contra o patriarcado, o capitalismo e o racismo.

Portanto, o Mulherismo Africana e a Matrigestão não são apenas conceitos teóricos, mas ferramentas de libertação que promovem a reapropriação da identidade, do território e do corpo. Eles desafiam as estruturas de opressão e pavimentam o caminho para um futuro de autodeterminação. A descolonização do pensamento e a valorização das expressões culturais africanas são fundamentais para construir discursos e práticas que realmente sirvam à população negra em sua luta contínua por equidade e reconhecimento. O caminho da resistência, como sugerido pela própria Paulina Chiziane, é a ponte que une o passado de opressão ao futuro de dignidade e liberdade.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção.* Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres e ecofeminismo: Uma abordagem voltada ao desenvolvimento sustentável. *Revista Universidad en Diálogo*, v. 7, n.1, p. 51-68, ene./jun. 2017. Disponível em: http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/dialogo/article/view/9512/11278. Acesso em: 06 dez. 2018.

BADINTER, Élisabeth. *O amor incondicional:* história do amor maternal *(Séculos XVII-XX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BADINTER, Élisabeth. *O conflito:* a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

CHIZIANE, Paulina. *As andorinhas.* 3. ed. Belo Horizonte: Nandyla, 2019.

CHIZIANE, Paulina. *Niketche:* uma história de poligamia. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

COLER, Ricardo. *O reino das mulheres:* o último matriarcado. São Paulo: A Girafa, 2008.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade.* Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

D'EAUBONNE, Françoise*. Féminisme ou la mort.* France: Passager clandestin, 2021.

EISLER, Riane. *O cálice e a espada:* A Grande História de Nossa Origem e de Nosso Futuro. São Paulo: Paulus, 2007.

GEBARA, Ivone. *Ecofeminismo:* desafios para repensar a teologia. São Paulo: Terceira Via, 2017.

HOLLAND-CUNZ, Barbara. *Ecofeminismos.* Tradução de Arturo Parada. Madrid: Cátedra S.A, 1996.

HUDSON-WEEMS, Clenora. *Mulherismo Africana:* recuperando a nós mesmos. Tradução de Wanessa A. S. P. Yano. São Paulo: Ananse, 2000.

NA DOBRA DA CAPULANA. Direção: Camilo de Souza; Isabel Noronha. Moçambique, 2014. Documentário (30 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QrmtwtE_N6M. Acesso em: 21 jun. 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres:* construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké (ed.). *Mulheres Africanas e Feminismos:* reflexões sobre a política da sororidade. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023. (Coleção África e os Africanos).

PAULINA CHIZIANE – Do mar que nos separa à ponte que nos une. Entrevista. Florianópolis, 27 mar. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IdzUr8q13lY. Acesso em: 21 jun. 2025.

PULEO, Alicia H. *Ecofeminismo:* para otro mundo posible. 7. ed. Valencia (España): Ediciones Cátedra, 2019.

PULEO, Alicia H. Feminismo y Ecología: Un repaso a las diversas corrientes del ecofeminismo. *El Ecologista*, n. 31, p. 36-39, verano 2002. Disponível em: https://www.mundubat.org/wp-content/uploads/archivos/201303/feminismo-y-ecologia-repaso-historico_alicia-puleo.pdf. Acesso em: 03 mar. 2026.

RANGEL, Livia Silveira; NADER, Maria Beatriz. Matriarcado. *In:* COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). *Dicionário crítico de gênero*. 2. ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 500-504.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. Woman, Culture and Society: a Theoretical Overview. *In:* ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (org.). *Woman, Culture and Society.* Stanford: Stanford University Press, 1974. p. 17-43.

RUETHER, Rosemary Radford. Ecofeminism: An Historical Perspective. *In:* ADAMS, Carol J. (ed.). *Ecofeminism and the Sacred.* Nova York: Bloomsbury Academic, 2000. p. 1-13.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário decolonial transsetorial. *In:* SEGATO, Rita Laura. *A crítica da colonialidade em oito ensaios:* e uma antropologia por demanda. Tradução de Danú Gontijo e Danielli Jatobá. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 61-71, jan./mar. 2000.

SOUZA, Sandra Duarte de. Teoria, teo(a)logia e espiritualidade ecofeminista: uma análise do discurso. *Mandrágora*, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 57-64, dez. 2000.

Recebido em: 17 dez. 2025.

Aceito em: 19 jan. 2025.